

## MEMORIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA – PLANO DE ACESSIBILIDADES

### 1. Introdução

Refere-se, a presente memória, à descrição das soluções de detalhe métrico, técnico e construtivo para a obra de construção de um edifício para casa mortuária, cuja localização será em terreno rústico sito na rua da escola n.º6 na localidade de Cimbres, freguesia do concelho de Armamar, demonstrando o cumprimento das disposições definidas no Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de Agosto, onde é regulado o espaço construído no sentido de o tornar acessível a todos, nomeadamente a pessoas com mobilidade condicionada. As soluções pretendem dotar a proposta de acesso seguro e confortável, para pessoas com mobilidade condicionada, entre o arruamento público e a entrada principal do edifício, bem como, proporcionar o cumprimento das exigências de legislação sobre as acessibilidades aos espaços interiores.

### 2. Percurso acessível desde arruamento público até à entrada principal do edifício

No que respeita às áreas privativas exteriores, deu-se resposta em função do especificado na secção 2.1. do referido Decreto-Lei, uma vez que, é prevista a criação de pelo menos um percurso acessível que proporcione o *“acesso seguro e confortável das pessoas com mobilidade condicionada entre via pública, o local de entrada/saída principal e todos os espaços interiores e exteriores que o constituem”*.

O momento de entrada no terreno rústico a realizar a partir do caminho público, será com acesso automóvel com largura útil de 3,65m que garanta uma zona de manobra desobstruída e de nível que satisfaça o especificado no ponto 4.9.6.

Desde a entrada automóvel até à entrada do edifício o percurso tem um desnível de 0.25cm que será vencido com o recurso a uma rampa de acesso.

Em frente à porta de entrada da edificação, existirá uma área nivelada que garantirá uma zona de rotação de 360º, tal o especificado no ponto 2.2.1.

Todo o percurso desde o ponto de acesso ao terreno até à entrada do edifício apresentará uma altura livre nunca inferior a 2,70m, respeitando o ponto 4.5.1. e pavimento executado de modo que

se verifiquem as condições de resistência e durabilidade respeitando o especificado na secção 4.7. e na secção 4.8. do referido Decreto-Lei.

Em conclusão, acredita-se que o percurso materializado entre a entrada no terreno e a entrada principal do edifício respeita satisfatoriamente os requisitos da acessibilidade.

### **3. Percurso acessível no interior do fogo**

Em relação aos espaços internos, todos os espaços irão ter as características necessárias para se tornarem acessíveis, sendo que a instalação sanitária que se encontra no piso, cumpre o exigido no ponto 2.9.1.

Quanto aos percursos no interior do edifício são espaços acessíveis a pessoas de mobilidade reduzida, respeitarão sempre uma largura mínima de 1,20m

Como exigido no ponto 3.3.4. existe uma instalação sanitária equipada com lavatório, sanita e banheira, com espaço para as zonas de manobra e faixas de circulação satisfazendo o ponto 2.9.19.

A disposição das peças sanitárias irá garantir zonas livres de permanência junto à sanita, tal especificado na secção 4.1. Quanto ao lavatório, irá satisfazer o descrito no ponto 2.9.13. Está também previsto que as características das paredes e disposição dos aparelhos sanitários permitam a colocação de barras de apoio na sanita, conforme especificado nos pontos 2.9.4 e 2.9.7.

Todas as portas interiores terão uma largura e altura útil nunca inferior ao mínimo exigido nos pontos 4.9.1 e 4.9.2, ou seja, uma altura nunca inferior a 2,00m e largura nunca inferior a 0,77m.

Em conclusão, são criadas as condições necessárias para que a habitação possa acolher, de forma segura e confortável, pessoas com mobilidade condicionada.

**Em conclusão, julgamos dar satisfatoriamente cumprimento ao Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de agosto.**

Armamar, abril/ 2023

---

Helga Rodrigues, Arquiteta